

sition politics (políticas integradas de transição) é recomendado. Este modelo implica que as fronteiras entre educação, segurança social, mercado de trabalho e políticas de juventude se tornem permeáveis para servir as perspectivas de vida individualmente significativas e a inclusão social sustentada.

Embora se possam pôr questões relevantes sobre a recolha e análise dos dados, os autores estão plenamente conscientes das (im)possibilidades do seu projecto e, conseqüentemente, eles próprios levantam e respondem a essas questões. Algumas noções ou marcas teóricas poderão escapar aos especialistas disciplinares, mas o objectivo dos autores de ligar as diferentes tradições é inovador, promissor e de forma nenhuma exagerado.

Apesar do vasto alcance do livro — ou melhor, como resultado da enorme quantidade de investigação levada a cabo —, é impossível cobrir num só livro todo o material com que o projecto de investigação se deve ter ido deparando. Por exemplo, é prestada pouca atenção à importância, características e funcionamento de valências informais e do capital social que os jovens desenvolvem no âmbito das suas culturas juvenis. Um tema que parece essencial nas experiências de transição, de que os «marcadores de tendências» são prova, mas que, felizmente, é tratado com maior ênfase noutras publicações destes autores. Esta observação é por si só prova suficiente de que o complexo e relevante tema de

participation in transition merece a nossa continuada atenção.

ISABELLE DIEPSTRATEN

Manuel Villaverde Cabral, José Luís Garcia e Helena Mateus Jerónimo (orgs.), Razão, Tempo e Tecnologia: Estudos em Homenagem a Hermínio Martins, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 498 páginas.

Não tem grande tradição em Portugal a edição de obras em homenagem a figuras maiores das ciências sociais¹, mas é precisamente este o âmbito da presente obra. Académico português pouco conhecido no nosso país, mas de grande relevo na sociologia anglo-saxónica, de acordo com a biografia pessoal e científica que serve de introdução a este livro (p. 15), Hermínio Martins tem vindo a ganhar crescente proeminência no país natal graças à edição em português de alguns dos seus ensaios em colectâneas² ou revistas, a ter desempenhado a função de investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais após a jubilação na Universidade de Oxford em 2001, a receber o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Lisboa em 2006.

Ao contrário de colectâneas estritamente temáticas, mais usuais, a presente obra oferece um conjunto eclético de ensaios que reflectem as principais áreas de trabalho e interesse do homenageado, assim como, em parte, a sua trajectória pessoal e académica. É de notar a pluralidade (e em alguns casos transversalidade) disciplinar dos ensaios e a variedade de origem dos autores (académicos portugueses, britânicos, brasileiros, espanhóis, gregos, norte-americanos). É também eclético o registo dos textos que a compõem: encontram-se reflexões biográficas na primeira pessoa (como os artigos assinados por John Rex ou Terry Lovell), ensaios eminentemente teóricos (como o de Bridget Fowler, sobre a fotografia, ou de Laymert Garcia dos Santos, sobre a tecnologia e o futuro do humano), apresentação de resultados de investigação (como o artigo de João de Pina Cabral, sobre as identidades em Moçambique, ou o de Rui Graça Feijó, sobre a subida ao trono de D. Maria I). É igualmente variável a relação dos artigos com a obra de Hermínio Martins. Se alguns ensaios discutem demoradamente o seu contributo para o tema em causa (como o artigo de Maria Teresa Cruz, sobre a era do *design* total, ou o de Paula Sibila, sobre a cirurgia plástica) ou referem um conceito ou aspecto teórico por ele desenvolvido (como o artigo de A. Costa Pinto, sobre a imagem carismática durante o salazarismo, ou o texto de Renato

Lessa, sobre os campos de extermínio como exemplo da quebra da normalidade), outros não lhe fazem qualquer menção nem é claramente identificável o critério de inclusão na colectânea, para além da relação pessoal ou profissional entre autor e homenageado (como o texto de José Bragança de Miranda, sobre o conceito de plasticidade, ou de Perry Anderson, sobre o multiculturalismo). Alguns autores optaram por republicar textos já apresentados em conferências (como Roland Robertson, com um artigo sobre globalização) ou obras anteriores (como Joan Martinez-Alier, sobre conflitos ecológicos), acrescentando apenas dedicatórias ou notas de rodapé para reconhecerem a influência do homenageado no seu trabalho.

A presente publicação encontra-se organizada em cinco partes, que agregam tematicamente os ensaios, «Memórias e experiências», «Globalização e nacionalismo», «História e mundo lusófono», «Cultura e modernidade» e «Sociologia e filosofia da tecnologia». Atendendo à extensão da obra, aqui apenas será mencionado um artigo de cada parte, exemplar (espera-se) do conjunto.

Na parte I, em «As ciências sociais na metrópole depois do fim do colonialismo», John Rex (que foi também alvo de um volume de homenagem organizado pelo próprio Hermínio Martins em 1993) narra alguns episódios do seu percurso pessoal e profissional que revelam alguns pontos em comum com a trajectória do homenageado: a origem

social de classe, o nascimento e educação numa colónia africana, a experiência directa da segregação racial, o interesse pela sociologia, a passagem para o meio académico britânico, o posicionamento político «de esquerda». Estes apontamentos biográficos servirão sobretudo para tecer pontes com as temáticas de investigação escolhidas pelo autor (relações étnicas) e tornar explícitos os valores que inspiram o seu trabalho, debatendo «como e em que circunstâncias institucionais pode alguém honestamente perseguir o conhecimento e manter ao mesmo tempo compromissos morais importantes» (p. 62). Tal encontra paralelismo na justificação dada por Hermínio Martins para incluir temas portugueses entre os seus interesses de investigação (essencialmente sobre filosofia das ciências sociais e teorias sociológicas) no final dos anos 70: «O que me afectava acima de tudo era a indignação moral e a paixão política com respeito a uma guerra colonial sem sentido e um regime autoritário infundável³.»

No breve ensaio intitulado «Janus Bifronte: sobre a ambivalência do nacionalismo» (parte II), Salvador Giner, que, como Hermínio Martins, foi um sociólogo «imigrante» nos Estados Unidos e no Reino Unido antes de regressar ao país de origem, reflecte sobre a ambivalência do nacionalismo não só no domínio político, fonte de conflito e de coesão, como também no domínio científico: face a uma ciência (sobretudo natu-

ral) «de indubitável natureza transnacional», impera uma lógica de pensamento nacional (no financiamento, na competição pelas inovações, nas políticas de fomento) que é ainda mais visível nas ciências sociais, facto a que H. Martins chamou nacionalismo metodológico: «a comunidade nacional constitui a unidade terminal e a condição limite para a demarcação de problemas e fenómenos para as ciências sociais» (p. 139)⁴.

Retomando uma temática recorrente no seu trabalho⁵, Manuel Villaverde Cabral, em «Despotismo do Estado e sociedade civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral» (parte III), procura explicar um fenómeno repetidamente identificado nos inquéritos à população portuguesa (tomando como exemplo o inquérito às atitudes sociais de 1997) — o da acentuada distância ao poder — com factores históricos, que se perpetuam no tempo, a despeito «da renovação demográfica das gerações e do incremento dos níveis de instrução» (p. 161). A atitude receosa face ao poder e o escasso exercício dos direitos de cidadania política são explicados pelas «estratégias de sobrevivência de gerações sucessivas de famílias desmunidas não só de recursos económicos como sobretudo de recursos simbólicos» (pp. 162-163). A muito tardia massificação do ensino e o despotismo administrativo concorreram para manter um regime de «familismo amoral», que permite reproduzir o poder das elites e a subordinação das massas.

Exemplar da vertente filosófica do trabalho de Hermínio Martins, o ensaio de Viriato Soromenho Marques, «Dialécticas da natureza indomável — Kant em 1755 e depois» (parte IV), procura traçar ligações entre pontos distantes no tempo (o século XVIII e a actualidade), no espaço (a Ásia e Lisboa), no pensamento teórico (Kant e Ulrich Beck), na tipologia das catástrofes (naturais ou provocadas pela acção humana). Numa era em que se superlativam os riscos da sociedade industrial, o tsunami de 2004, tal como o terramoto de 1755, faz reflectir sobre a capacidade destrutiva da natureza, interpretada «à luz da esperança humana de conferir a cada biografia a configuração de um sentido narrativo» (p. 342).

Por fim, em «Cirurgias plásticas: da beleza como dom divino aos imperativos fáusticos» (Parte V), Paula Sibila recorre à teorização de Hermínio Martins sobre as concepções prometeicas e fáusticas da tecnociência⁶ para compreender as implicações culturais da cirurgia plástica, traçando a história da transição «entre dois tipos de intervenção científica nos corpos humanos: dos procedimentos prometeicos (dissimular, aperfeiçoar, melhorar) para os métodos fáusticos (corrigir, criar, ultrapassar)» (p. 456), no que é também exemplar de uma mudança do paradigma mecânico para o bioinformático e do horizonte analógico para o digital.

Em suma, a presente obra acumula as virtudes de potencialmente

interessar a um público diversificado, de poder funcionar como apresentação ao variado trabalho científico de Hermínio Martins, assim como de reflectir a sua crescente importância no pensamento sociológico actual, transcendendo os limites do campo científico nacional. Poder-se-lhe-á, porém, somente apontar a qualidade desigual dos artigos e a desnecessariamente hiperbólica introdução de cariz biográfico, que chega a ombrear o homenageado com Cervantes e Karl Marx (p. 45).

NOTAS

¹ Excepção feita à área do direito e a outros casos esparsos, como, por exemplo, Ernesto Veiga de Oliveira (*Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, ed. F. O. Baptista, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989), Jean Roche (*Livro de Homenagem a Jean Roche*, ed. V. O. Jorge, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989), Jorge Borges de Macedo (*Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, ed. J. V. Serrão, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992) ou António Borges Coelho (*Uma Vida em História: Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*, ed. A. Farinha, Lisboa, Caminho, 2001).

² Para mencionar apenas as de que é autor único: *Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social*, Lisboa, Século XXI, 1996; *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

³ «Introdução» a Martins (2001), *op. cit.*, p. 13.

⁴ «Tempo e teoria em sociologia», in Martins (1996), *op. cit.*, p. 144.

⁵ V., a título de exemplo, M. V. Cabral, (2004), «Confiança, mobilização e representação política em Portugal», in M. Costa Lobo, Pedro Magalhães e A. Freire (orgs.). *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*,

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 301-331, ou M. V. Cabral, (200), «O exercício da cidadania política em Portugal», in M. V. Cabral, Jorge Vala e João Freire (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses — Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-162.

⁶ A partir do ensaio «Tecnologia, modernidade e política», publicado in Martins (1996), *op. cit.*

ANA DELICADO

Christopher Lord e Erika Harris, Democracy in the New Europe, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2006, 222 páginas.

Avaliar a qualidade democrática da União Europeia é uma empresa arriscada, entre outros aspectos, porque as suas características institucionais inéditas tornam-na difícil de analisar com base nos critérios «clássicos» da democracia, estreitamente ligados ao Estado-nação. Porém, o tema da democracia na UE foi de grande actualidade nos últimos tempos, particularmente depois do mau êxito dos referendos sobre a Constituição Europeia em França e na Holanda. Enquanto antes se apontava principalmente para a *falta* de democracia na UE, agora começou-se a duvidar — algo cinicamente, quando os cidadãos não decidem em acordo com as elites políticas — se as questões europeias precisam realmente de

democracia. O livro de Christopher Lord e Erika Harris *Democracy in the New Europe* tenta analisar, de forma global, essa relação complexa entre a UE e a democracia.

Os autores apontam três teses principais que, segundo eles, distinguem esta obra das inúmeras já existentes sobre este tema¹. A primeira tese é que a «nova» Europa — termo não definido de maneira precisa — está a estabelecer uma experiência *bi-dimensional* de democracia que ultrapassa o Estado-nação. A primeira dimensão consiste num esforço *horizontal* para que a Europa seja um espaço geográfico composto unicamente de Estados democráticos, enquanto a segunda é um esforço *vertical* para aplicar princípios democráticos a nível supranacional (a UE). A segunda e terceira teses têm a ver com as interdependências entre democracia nacional e supranacional. Em primeiro lugar, para ser efectiva, a democracia não pode continuar a ser perspectivada exclusivamente em termos nacionais. Em segundo lugar, todas as tentativas para estabelecer uma forma de democracia que ultrapasse o nível nacional terão de se basear sobre as concepções existentes de democracia a nível nacional. Assim, a democracia *dentro e além* do Estado-nação tornou-se incrivelmente associada, deixando de ser possível haver um bom funcionamento da primeira sem um funcionamento efectivo da segunda, e vice-versa.

Esse argumento estrutura os oito capítulos do livro, que tentam abordar a questão da democracia na